



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Relatório de Audiência

Dia: 26 de abril de 2016

Hora: 15h30

N.º 7 GT A XIII (1.ª)

ENTIDADE: Ex-trabalhadores da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CCDR-Norte

ASSUNTO: Situação de trabalhadores cujos contratos de “prestação de serviços” foram feitos cessar pela entidade patronal – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR/NORTE 2020)

Recebida pelos Senhores Deputados Álvaro Batista, Carla Barros, Clara Marques Mendes e Maria das Mercês Borges (PSD), Joaquim Raposo e Sofia Araújo (PS), José Moura Soeiro (BE) e Rita Rato (PCP).

A Senhora Deputada **Maria das Mercês Borges (PSD)**, coordenadora do grupo de trabalho de audiências da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), deu as boas vindas ao requerente da audiência presente, Engenheiro João Pedro Tavares – que por vicissitudes alheias à sua vontade compareceu sozinho - e deu-lhe de imediato a palavra para expor os motivos pelos quais a mesma foi pedida.

Foi referido que está em causa um grupo de pessoas que prestava funções para a CCDR-Norte há vários anos, na maior parte dos casos, para o Programa Operacional do Norte – ON 2 – o qual se encontra em fase de encerramento. Embora haja documentos escritos que referem tratar-se de uma prestação de serviços, a verdade é que se sentem funcionários da casa, já que, na sua prestação de trabalho, não só utilizam materiais da instituição como secretária e cadeira, telefone, e-mail institucional, computador, etc. como representam a instituição junto de terceiros. Contudo, não têm direito a subsídio de férias ou de refeição nem descontam para a ADSE.

No final do ano passado, a partir de dezembro de 2015, para evitar que houvesse recurso a trabalho precário, a CCDR-Norte tomou a iniciativa de não renovar os alegados contratos de trabalho com mais de 18 meses pelo que as pessoas visadas ficaram sem trabalho.

Isto do ponto de vista social. Do ponto de vista operacional, está em causa um valor consistente da



estrutura de apoio da CCDD–Norte, ou seja, é cerca de 15 a 20% do *staff* com largos anos de experiência que está a ser substituído por pessoas sem experiência.

Desde então, reuniram com o Presidente da CCDD e recorreram a um advogado para interporem ações em tribunal, sendo certo que a maior parte das pessoas pretende a sua recondução, não a sua integração imediata na função pública mas que lhes seja dado o mesmo tratamento que foi dado do QCA III para o QREN, ou seja, enquadrar na estrutura de apoio técnico as pessoas que estavam nas condições em que eles se encontram através da celebração de contratos de trabalho.

Têm feito diligências junto de diversas entidades: pediram audiências aos diversos Grupos Parlamentares. Foram ouvidos pelos GP do PS, do BE e do PCP. Pediram reuniões às Secretarias de Estado e Ministérios que tutelam a CCDD, por conseguinte os fundos comunitários, bem como ao Provedor de Justiça. Foram igualmente ouvidos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas.

Tem–lhes sido dito que as suas pretensões vão ser atendidas muito em breve mas, até ao momento, nada sucedeu. Certamente que os Deputados compreendem que, cada dia que passa desde o princípio do ano de 2016, e por causa dos encargos de cada um, é muito difícil. Esclareceu que pretendem que a Comissão parlamentar possa exercer alguma pressão junto da tutela para agilizar a tomada de decisão que se aguarda.

Interveio em primeiro lugar a Senhora Deputada **Carla Barros (PSD)**, que agradeceu a clareza da exposição. Disse que o GP do PSD está bastante preocupado com a precariedade laboral e colocou quatro questões: quis saber quantas pessoas cessaram a atividade no final do ano passado; se abriu entretanto algum concurso; se houve substituições para as mesmas funções mediante novas prestações de serviços e se lhe parece haver da parte de dirigentes e de membros do Governo alguma preocupação com a resolução do problema assinalado.

O Senhor Deputado **Joaquim Raposo (PS)**, depois de cumprimentar o requerente da audiência, disse que tinha tido a oportunidade de folhear a documentação remetida e verificado que o processo se arrasta desde 1999, o que não parece aceitável. Considerou que é necessário encontrar uma solução para as situações denunciadas, apurando designadamente se as pessoas são ou não necessárias.

Usou de seguida da palavra a Senhora Deputada **Rita Rato (PCP)**, que, em síntese, depois de cumprimentar o requerente da audiência, esclareceu que o GP do PCP sempre foi contra a existência de falsos recibos verdes. Lembrou que já dirigiu uma pergunta ao Governo sobre a situação da CCDD–Norte, a qual não mereceu resposta até ao momento. Assinalou que, quando existem necessidades permanentes a suprir, é necessário proceder à abertura de procedimento concursal. Não sendo esse o

caso, a lei permite a celebração de contratos a termo certo. Concluiu dizendo que o GP do PCP continuará a acompanhar a situação.

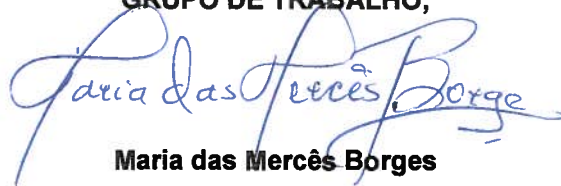
Por fim, usou da palavra o requerente da audiência presente, que respondeu conjuntamente às questões colocadas. Esclareceu que, de início, eram 18 mas que atualmente são 11 as pessoas envolvidas; disse que a CCDR-Norte prometeu a abertura de concursos; que não está em condições de dizer se as pessoas foram ou não substituídas por outras, embora todas as semanas apareçam novas pessoas na CCDR-Norte e que ninguém sabe de onde vêm; tem falado com pessoas que demonstram não terem qualquer espécie de interesse e preocupação. Concluiu dizendo que não tem qualquer dúvida de que o trabalho que faziam é necessário ainda que os salários praticados fossem eventualmente acima da média.

A Senhora Deputada Maria das Mercês Borges agradeceu a sua presença e fez votos de que os problemas assinalados possam ter uma resolução satisfatória. Foi ainda proposto e aceite por consenso, oficial à tutela, designadamente ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, para que possa pronunciar-se a respeito daquele pedido de audiência.

A audiência foi gravada, constituindo a [gravação](#) parte integrante do presente relatório.

Palácio de São Bento, em 20 de junho de 2016.

**A COORDENADORA DO
GRUPO DE TRABALHO,**



Maria das Mercês Borges

